

A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL ADQUIRIDA ATRAVÉS DO PRONATEC

Gizela Teixeira Paranhos Dreher (Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Ponta Grossa)

gizela_tp14@hotmail.com

Fabício Diego Vieira (Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Ponta Grossa)

fd-vieira@hotmail.com

Jefferson da Silva Prado (Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Ponta Grossa)

jsprado@yahoo.com.br

Resumo:

A presente pesquisa propõe analisar a questão conceitual, teórica e empírica da implantação de políticas públicas através dos cursos de qualificação profissional. Comparando o PRONATEC e o setor produtivo e as políticas de mercado de trabalho no contexto atual. Este estudo tem como objetivo identificar se a educação, desenvolvimento de capacidades e formação técnica e se as políticas públicas estão realmente fortalecendo as oportunidades para o emprego juvenil e se os direitos fundamentais dos trabalhadores estão sendo respeitados, fortalecendo as oportunidades para o emprego.

Palavras chave: Políticas Públicas. Educação Profissional. Conhecimento. PRONATEC.

THE PRONATEC ACQUIRED PROFESSIONAL QUALIFICATION ACROSS

Abstract

This research proposes analyzing the conceptual issue, the theoretical and empirical implementation of public policies through vocational training courses. Comparing PRONATEC and the productive sector and labor market policies in the current context. This study aims to identify whether education, capacity building and technical training and public policies are actually strengthening opportunities for youth employment and the fundamental rights of workers being respected, strengthening the opportunities for employment.

Key-words: Public Policy. Professional Education. Knowledge. PRONATEC.

1. Introdução

Busca nesta pesquisa avaliar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), pois este teve grande repercussão para o país, devido o programa visa qualificar mão de obra para a inserção no mercado de trabalho auxiliando esse grupo de beneficiários a terem uma renda maior, fazendo com que a qualidade de vida e a taxa de pobreza diminuam.

Observamos que cada dia mais a educação se torna um dos bens mais necessários para o homem, fica em função de o governo visar à importância das políticas públicas em contribuir para a melhoria dos serviços prestados à população.

Diante disso iniciou-se um programa do governo voltado à educação profissional o PRONATEC, onde o objetivo é qualificar o trabalhador brasileiro, e após a realização do curso ter a possibilidade de serem inseridos no mercado de trabalho.

E assim, com o intuito de verificar se o programa do Governo Federal está realmente atingindo os seus objetivos, será feito uma fundamentação teórica para buscar se os alunos estão se qualificando e conseguindo a expectativa sobre a possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

Para apresentar os principais resultados desta pesquisa, este texto está dividido em cinco seções: 1. Introdução; 2. Fundamentação Teórica; 3. Procedimentos metodológicos; 4. Resultados; 5. Considerações Finais. A próxima seção traz a Fundamentação teórica utilizada para se atingir o objetivo desta pesquisa.

2. Fundamentação teórica

A linha teórica, em questão, objetiva classificar os conceitos que permeiam o assunto da pesquisa servindo de base para o desenvolvimento da mesma. As Políticas públicas possuem atividades restritas do Estado, elas estão dirigidas em três segmentos: fiscalizar, regulamentar e fomentar. Essas são as operações que só podem ser efetuadas pelo poder público, além disso, se enquadra também em ser um processo com negociações, dinâmico, mobilizações, coalizão de interesses ou alianças. Ela pode refletir ou não no interesse da população, dependendo da forma que é feito a mobilização para a sociedade, através de diversos fatores com mecanismos que possam viabilizar sua participação, conflitos, alianças.

Assim, a administração pública surgiu como um mecanismo do Estado para defender interesses públicos em vez de serem interesses privados. Outra definição que se pode ser utilizada é que a política pública tem o intuito de que todos possam atingir uma melhor qualidade de vida, que seja compatível com a dignidade humana.

Segundo Pereira (2010, p.245):

A modernização da Administração Pública, em sentido amplo, deve buscar de forma permanente a estruturação de um modelo de gestão que possa alcançar diversos objetivos, como por exemplo: melhorar a qualidade da oferta de serviços à população, aperfeiçoar o sistema de controle social da Administração Pública, elevar a transparência e combater a corrupção, promover a valorização do servidor público, entre outros.

Observa-se que a definição de Políticas Públicas é levantada em várias áreas de conhecimento, mas é na área da ciência política que se ganha maior destaque nas discussões de raciocínio.

Guareschiet al. (2004, P. 180) explica políticas públicas:

o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público.

Saraiva (2006) numera elementos que são comuns as variadas descrições. Contudo pode-se falar que as características principais das políticas públicas são: institucional, decisório, comportamental e causal.

Políticas públicas tendem corresponder as demandas ou as necessidades de reformas sociais, aumento de direitos dos cidadãos e a promoção do desenvolvimento, elas podem ser classificadas em três dimensões:

Políticas sociais tradicionais: se enquadram políticas de educação, cultura, saúde, habitação, transportes, etc.

Políticas estruturais de promoção do desenvolvimento: se enquadram política ambiental, industrial, construção civil, etc.

Políticas reparadoras, compensatórias e redistributivas: elas possuem um caráter paliativo ou emergencial. Entre elas acentuam-se, fome zero, redução da pobreza, políticas de quotas para negros. (PIANA, 2009).

2.1 Políticas sociais

Na área das Ciências Sociais, a política social é entendida como uma modalidade de política pública, pois possui ações do governo com alguns objetivos específicos. Dessa forma o Serviço Social é uma das profissões responsável pela mediação entre Estado, burguesia e classe trabalhadora. (PIANA, 2009).

Segundo Faleiros (2000 apud PIANA, 2009, p. 21).

As políticas sociais no Brasil estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo País em níveis econômico, político e social. São vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, em outros como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão.

A política social pode ser feita por diferentes estruturas institucionais e legais, com contexto diferente, sistema e regime político. Segundo, Marshall (1975) “Política social é um termo que, embora amplamente usado não possua definição precisa. O significado que lhe é dado em contextos particulares é em grande medida matéria de conveniência ou convenção”.

Assim, política social se refere à maneira do governo em aplicar programas para a benfeitoria da população. Conforme Vieira (1992, apud PIANA, 2009 p.24):

Dessa forma, pode-se afirmar que não há política social desligada das lutas sociais. De modo geral, o Estado assume alguma das reivindicações populares, ao longo de sua existência histórica. Os direitos sociais dizem respeito inicialmente à consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. Certamente, não se estende a todas as reivindicações, mas na aceitação do que é conveniente ao grupo dirigente do momento.

Não é possível desconsiderar a questão da desigualdade social, que vem há muito tempo trazendo discussões.

As políticas de profissionalização são destacadas que elas não criam empregos, mas qualificam os trabalhadores para inserção no mercado. Victoria et al (1988 apud DEMO, 1994, p.34) destacam:

A inserção adequada no mercado de trabalho por parte do trabalhador ou a inserção adequada das condições de produção e comercialização são mais estruturais. Pobre e entendido como pessoas que não consegue trabalho ou que se insere mal no mercado de trabalho [...].

A definição de bem estar social segundo Kerstenetzky (2012) serve para apontar o Estado assistencial que assegura padrões mínimos de saúde, habitação, renda, educação e seguridade social a todos os cidadãos. Essa assistência, no entanto é reconhecida como direito social [...] e esse direito é que diferem o estado de bem estar dos demais assistencialismos.

3. Curso de qualificação profissional

3.1 PRONATEC e PRONATEC / BSN

A demanda pelos qualificação cursos de profissional de PRONATEC e PRONATEC/BSM é delimitada pelas prefeituras, as quais fazem uma análise de dita demanda considerando as características da população registrada no Cadastro Único, as oportunidades de emprego e a vocação econômica na prefeitura.

Os cursos são oferecidos por instituições federais e estatais (conhecidas também como o “Sistema S” e que incluem SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) do governo brasileiro e dependem da demanda do mercado trabalhista local.

O Ministério de Educação (MEC) é responsável de fazer o pagamento dos cursos às instituições de ensino. A inscrição das prefeituras ao PRONATEC/BSM é feita através de um site eletrônico [<http://www.brasilsemmiseria.gov.br>], onde se encontra o Formulário Eletrônico de Adesão ao PRONATEC/BSM.

Os cursos oferecidos por PRONATEC e por PRONATEC/BSM são gratuitos e sua duração mínima é de 160 horas. Os cursos são administrados pelas instituições públicas do Sistema S e pelos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Os alunos recebem todos os materiais para os cursos, bem como ajuda econômica para cobrir os custos de transporte e alimentação. Ademais, com a criação do programa Brasil Carinhoso, as ofertas de creches e de escolas integrais devem ajudar a muitas famílias que não podem participar nos cursos porque não têm com quem deixar os filhos.

O PRONATEC envolve um conjunto de iniciativas:

Expansão da Rede Federal: A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está presente em todos os estados brasileiros, oferecendo cursos de formação inicial e continuada, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação.

Programa Brasil Profissionalizado: O Programa Brasil Profissionalizado destina-se à ampliação da oferta e ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas redes estaduais, em parceria com o Governo Federal.

Rede e-Tec Brasil: Na Rede e-Tec Brasil são oferecidos gratuitamente cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, na modalidade a distância.

Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem: O Acordo de Gratuidade tem por objetivo ampliar, progressivamente, em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores.

FIES Técnico e Empresa: O FIES Técnico tem como objetivo financiar cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional para estudantes e trabalhadores em escolas técnicas privadas e nos serviços nacionais de aprendizagem.

Bolsa-Formação: Além das iniciativas voltadas ao fortalecimento do trabalho das redes de educação profissional e tecnológica existentes no país, o PRONATEC criou a Bolsa-Formação, por meio da qual serão oferecidos, gratuitamente, cursos técnicos para quem concluiu o Ensino Médio e para estudantes matriculados no Ensino Médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

Os 376 cursos oferecidos no âmbito do PRONATEC/BSM estão especificados na Guia PRONATEC de cursos de formação inicial e continuada. Estes cursos estão disponíveis para maiores de 16 anos registrados ou em processo de registro no Cadastro Único. São três tipos de curso:

- a) Técnico para quem concluiu o ensino médio, com duração mínima de um ano;
- b) Técnico para quem está matriculado no ensino médio, com duração mínima de um ano;
- c) Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, para trabalhadores, estudantes de ensino médio e beneficiários de programas federais de transferência de renda, com duração mínima de dois meses.

3.2 PRONATEC e o setor produtivo

A presidente, participou da formatura de 1.500 alunos do PRONATEC em Belo Horizonte, segundo informações de seu blog (BRASIL, 2014, p. 1).

As políticas de profissionalização são destacadas que elas não criam empregos, mas qualificam os trabalhadores para inserção no mercado. Victoria et al (1988 apud DEMO, 2011, p.34).

“É melhor para o país, porque o país precisa de pessoas bem formadas. Nós não podemos nos conformar em ser só aquilo que chegamos até agora. Sempre queremos um país melhor, com cada pessoa tendo sempre que querer fazer mais. E para fazer mais, a única do mundo que carregamos com cada um de nós, porque é nosso patrimônio, é a educação. E o Brasil precisa de educação” (BRASIL, 2014, p.1).

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Robson Andrade, apontou que em uma pesquisa realizada pela organização revelou que 65% das indústrias brasileiras enfrentam problemas com a falta de qualificação de seus trabalhadores.

Andrade destacou a importância do PRONATEC e as deficiências do Brasil com a qualificação da força trabalhista, Andrade disse que ampliar a base de conhecimentos (população) é essencial. “Temos que superar a lista de exportação artigos de baixo valor agregado industrial

baseado em favor de artigos de alta tecnologia” [...] “A indústria defende levar uma educação de qualidade e profissional à política do Estado” (JORNAL DO COMÉRCIO, 2014).

Andrade afirmou que o PRONATEC resultou ser um “muito bem” para superar estes desafios da iniciativa no país “Não tenho nenhuma dúvida de que PRONATEC representa uma vitória para milhões de brasileiros que podem crescer profissionalmente”.

O presidente da CNI também disse que a presidenta Dilma tem ouvido o setor produtivo na elaboração da política econômica. Segundo ele, PRONATEC é “uma prova mais do diálogo com o setor privado, especialmente a indústria.”

O governo escutou o setor produtivo para criar PRONATEC e Empresa Brasileira de Investigação e Inovação Industrial (EMBRAPII). Estas e outras medidas cruciais têm permitido um melhor alinhamento das políticas públicas e o setor produtivo.

3.3 Políticas de mercado de trabalho e contexto atual

Conforme Pardal, Ventura e Dias (2005) as políticas de melhorias da mão de obra possibilitam países emergentes como o Brasil integrar o mercado de trabalho mundial, consecutivamente possibilita a competitividade alavancando o seu desenvolvimento.

A seguir consideram-se alguns temas de políticas, à luz da necessidade de aumentar a produtividade e competitividade trabalhista, melhorar a qualidade das oportunidades de emprego particularmente para jovens e as categorias de trabalhadores vulneráveis, gerando condições para que as micros e pequenas empresas se potencializem e gerem maiores oportunidades de emprego formal com cobertura de proteção social para seus trabalhadores e trabalhadoras.

3.3.1 Educação, desenvolvimento de capacidades e formação técnica

Segundo o IPEA (2009) o acesso universal à educação de qualidade e o desenvolvimento de capacidades técnicas são pilares chaves para sustentar uma força de trabalho competitiva e produtiva. O governo do Brasil implementou diversas políticas para aumentar a qualidade da educação básica e prestar maior atenção à educação técnica em estabelecimentos públicos de educação secundária.

O Programa Nacional de Acesso à Educação Técnica e o Emprego (PRONATEC), criado em 2011, para expandir rapidamente a oferta de educação pública a nível técnico e profissional em todo o país, com o objetivo de gerar oito milhões de novas matrículas em quatro anos.

A assistência financeira e as cotas para alunos afro-descendentes e indígenas apontam para conseguir uma educação técnica/profissional mais inclusiva. Por sua vez, está em curso uma rápida expansão da educação universitária, com a construção de novas universidades públicas (inclusive em regiões relativamente pouco atendidas do interior do país) e uma maior diversidade e profundidade de cursos oferecidos.

Para fomentar o acesso a estudantes menos privilegiados, no ano 2004 criou-se o programa PROUNI. No ano 2013, o número de estudantes que tinham recebido apoio deste programa era de aproximadamente 1,1 milhões. Em 2012 o programa PROUNI entregou 284.662 bolsas para que alunos de famílias de baixos rendimentos e vindos de escolas públicas possam estudar em universidades privadas.

Adicionalmente, o programa “Brasil sem Fronteiras” oferece apoio para estudos universitários avançados no estrangeiro. O objetivo ambicioso mais crucial desta política para expandir a

oferta, aumentar/diversificar o acesso e aumentar a qualidade da educação em todos estes diferentes níveis se deve manter e fortalecer.

4. Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa apresenta com procedimento técnico o estudo de caso que segundo Yin (2002, p. 21) permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais, administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.

Com o objetivo de responder a problemática apresentada, foi realizada uma pesquisa qualitativa. Segundo Richardson (1999, p. 80) “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

A coleta de dados foi realizada através de pesquisa em artigos, periódicos, material bibliográfico e observações.

5. Consideração Final

Constata-se que o PRONATEC vem aumentando a sua procura, e que a população está cada vez mais interessada em se qualificar, para tornar-se um profissional diferenciado com mais oportunidades de trabalho e conseqüentemente a melhoria de qualidade de vida.

Identificou-se que as aspirações dos alunos é o aprimoramento profissional oriundo dos cursos oferecidos pelo PRONATEC para facilitar a procura de um emprego ou de um novo emprego.

Muitos dos desafios identificados no Plano estão relacionados à precária inserção no mercado de trabalho da população vulnerável, em especial os jovens e as mulheres. Isto ocorre, principalmente, em razão de seus déficits educacionais, que geram falta de oportunidades de trabalho, altos níveis de informalidade, baixos salários e ausência de direitos trabalhistas. Por isto, os programas de inserção produtiva do Plano Brasil Sem Miséria que atendem a jovens, adultos e mulheres têm o grande objetivo de os fazer capazes de gerar seus próprios rendimentos de maneira sustentável por meio de uma inserção segura e estável no mercado trabalhista.

Os outros eixos do Plano são o acesso aos serviços (garantia de alimentação, orientação educacional e cuidados de saúde) e o eixo de garantia de rendimentos.

Os gestores públicos e os pesquisadores apontam o sucesso dos cursos de qualificação profissional para os jovens. As poucas avaliações que se executaram mostram uma melhora na inserção trabalhista dos jovens após os cursos, como se dá no caso de mais sucesso, o Projovem. No entanto, aponta-se a que os cursos de qualificação para os adultos que viveram toda a vida em situações precárias não são muito eficazes, pois o nível de aprendizagem destes alunos não condiz com as exigências do curso de qualificação.

Sustenta-se então que para este grupo a melhor saída são os PTC e que a melhor solução é investir na educação das crianças e adolescentes destas famílias.

Ademais, segundo os gestores públicos, é melhor ter a grande quantidade de programas de qualificação sob o PRONATEC e a administração do MEC. Este programa estaria apresentando grandes sucessos pela qualidade dos cursos que atrai a um crescente número de alunos.

O principal desafio é obter sucesso na inserção dos que saem dos cursos de qualificação profissional. No entanto, com respeito à inserção no mercado trabalhista dos que participaram

nos cursos, ainda não há avaliações de impacto. O que se sabe é que essa inserção é muito precária.

Na atualidade, o que se busca no Brasil é que seus cidadãos tenham uma melhor qualidade de vida, o que vai da mão da inserção produtiva de todas as famílias em situação de vulnerabilidade. No entanto, todo o sistema deve ser controlado para evitar a corrupção, os desvios de dinheiro público, os serviços de má qualidade e os benefícios aos que não precisam. Brasil Sem Miséria foi criado há alguns anos e seus resultados concretos se farão sentir no médio prazo. Seu sucesso dependerá, portanto de sua transformação de uma política de Governo a uma de Estado, o que é necessário para que os programas possam se consolidar e consigam mudar a vida das famílias vulneráveis.

O estudo evidencio, que o PRONATEC é um programa destinado a qualificar a população de jovens e adultos para facilitar o ingresso no mercado de trabalho, e é ofertado por entidades governamentais responsáveis pela qualificação profissional. Onde verificou que a educação assume um papel fundamental para o desenvolvimento econômico.

Referências

BRASIL. Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011. (Lei Ordinária). Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. 2012. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento. Brasil Sem Miséria. Inclusão Produtiva: Pronatec. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/arquivos/Pronatec_BSM_nova_04.2013.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O fim da miséria é só um começo. Plano Brasil sem Miséria no seu Município. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS 2006-2010. Brasília, 2010.

CECCHINI, S.; MARTÍNEZ, R. Proteção Social Inclusiva na América Latina: um olhar integral, un enfoque de direitos. In: COMISSÃO ECONOMICA PARA AMÉRICA LATINA EL CARIBE (CEPAL), Santiago do Chile, 2011.

CNI TRABALHA POR UMA INDÚSTRIA BRASILEIRA MAIS FORTE. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 4 abr. 2013.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M.; GONZAGA, G. The effects of an apprenticeship Program on Wages and Employability of Youths in Brazil. 2013.

CORSEUIL, C. H.; NERI, M.; ULYSSEA, G. Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais. Brasília, 2013.

DEMO, P. Política social, educação e cidadania. 13. ed. Campinas (SP): Papirus, 2011.

GUARESCHI, N.; et al. Problematisando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, M. N.; AZAMBUJA, M. P. R.; JAEGER, F. P. Violência, gênero e políticas públicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília, n. 17, 2009.

JORNAL DO COMÉRCIO. Indústria enfrenta a escassez de mão de obra qualificada, avalia CNI. Publicado em 18 jun. 2014. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=164883>>. Acesso em 10 out. 2014.

KERSTENETZKY, C. L. O estado de bem estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro, Campus-Elsevier, 2012.

MARSHALL, T. H. Social policy in the twentieth century. 4. ed. London: Hutchinson University Library, 1975.

PAES-SOUSA, R. Plano Brasil Sem Miséria: incremento e mudança na política de proteção e promoção social no Brasil. *Working Paper*, Brasília, n. 113, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCWorkingPaper113.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2014.

PARDAL, L.; VENTURA, A.; DIAS C. *Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual*. Campinas: Autores Associados, 2005.

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: *foco nas instituições e ações governamentais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PIANA, M. C. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SARAIVA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, E; FERRAREZI, E. (Orgs.). *Políticas públicas*. Brasília: ENAP, 2006. (Coletânea, v. 1).

SCHIMIDT, B. V; et al. *Programa Nacional de Inclusão de Jovem (PROJOVEM): estudo de caso apresentado durante evento paralelo do Encontro de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Juventude*, 25-26 de julho de 2011. Estados Unidos.

SILVA, U. E. M. *O SENAI*. Brasília, SENAI/DN, 1999. (Série SENAI Formação de Formadores).

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.